

BBM NO VESTIBULAR

diálogo entre o acervo da biblioteca e o vestibular da Fuvest

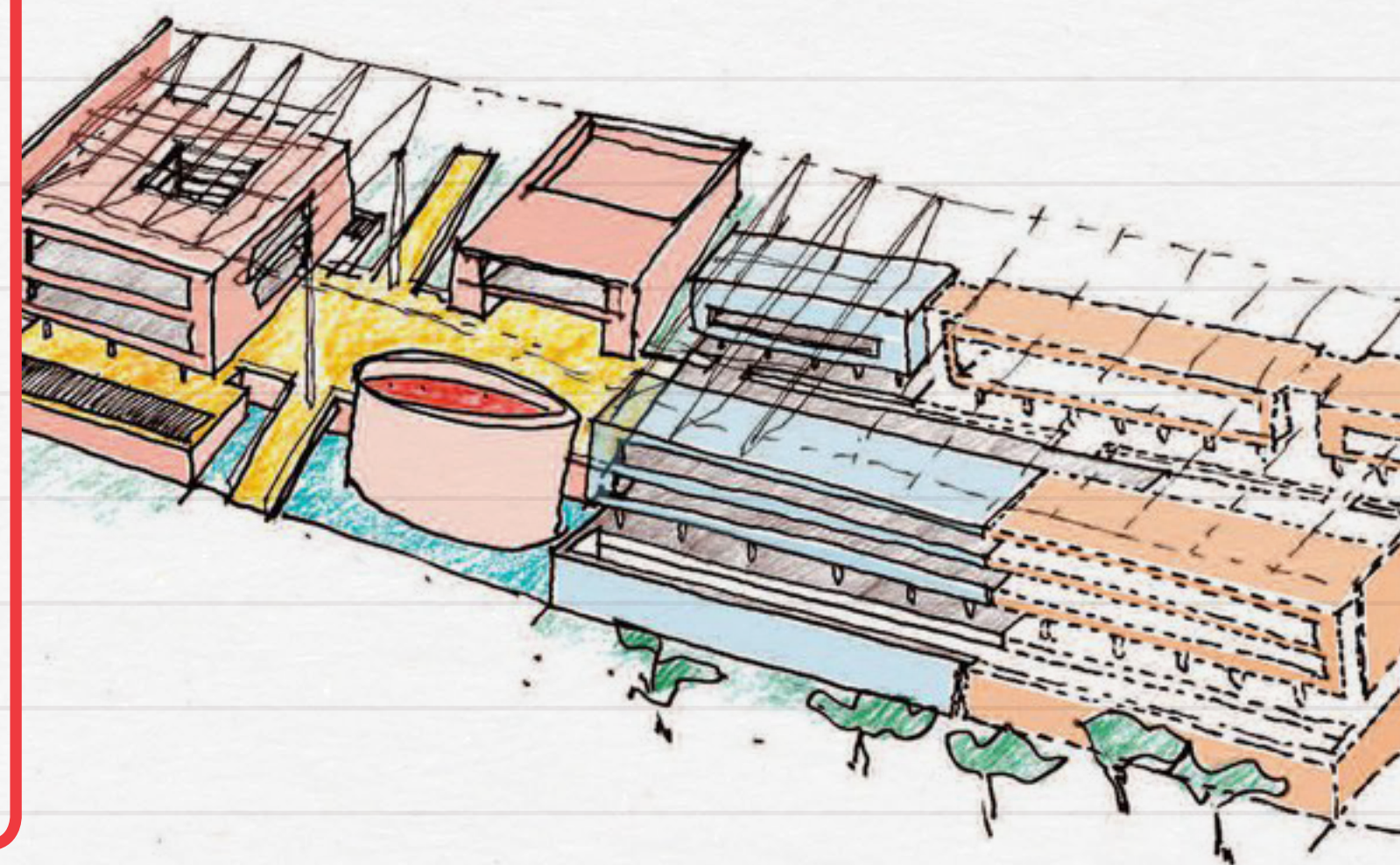
A BRASILIANA

Encontra-se a seguir uma linha do tempo que busca apresentar o acervo da [Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin](#) (BBM) aos vestibulandos e estudantes do Ensino Médio. Para isso selecionamos algumas obras disponíveis [BBM Digital](#) que dialogam com temas e conteúdos que fazem parte do programa da FUVEST. Dessa forma, será possível ao mesmo tempo conhecer um dos mais importantes acervos de livros sobre o Brasil e se preparar para o vestibular.

A [Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin](#) é um órgão da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da Universidade de São Paulo (PRCEU-USP). Seu acervo foi formado pelo casal de bibliófilos (amante e colecionador de livros raros e especiais) [José e Guita Mindlin](#) ao longo de mais de 80 anos e, em 2006, foi doado à USP, que construiu um [moderno edifício](#) para abrigar a coleção. O acervo da BBM é composto principalmente por livros raros e especiais sobre o Brasil, que tratam de assuntos como história, literatura, artes e ciências sociais. Parte do acervo está disponível online na [BBM Digital](#).

O QUE VOCÊ ENCONTRARÁ NA LINHA DO TEMPO?

Textos curtos que tratam de temas da história, literatura, geografia e biologia a partir de documentos disponíveis na [BBM Digital](#). Você encontrará também textos sobre questões da atualidade, como trabalho informal, violência contra os negros e luta pelo direito das mulheres.



1500 Descobrimto do Brasil

1534 Estabelecimento do sistema de Capitanias hereditárias

1549 Fundação de Salvador, primeira capital brasileira

1557

Hans Staden e os Tupinambá - Literatura de viagem no século XVI

Os livros de viagem do século XVI são importantes fontes para o conhecimento do início da colonização europeia do território brasileiro e dos seus povos originais. Uma das obras mais famosas desse período é a de Hans Staden, um aventureiro alemão que, em sua segunda viagem ao Brasil, foi capturado e aprisionado pelos índios tupinambá, que ameaçavam comê-lo em um ritual antropofágico. Depois de meses em cativeiro, Staden consegue escapar e volta para a Alemanha, onde escreve o relato de suas aventuras, que contém preciosas informações sobre a sociedade e cultura dos tupinambá.

1580 Início da União Ibérica, em que o reino de Portugal torna-se dependente do reino da Espanha

1595

Aprender a língua dos índios para catequizá-los

No século XVI, a principal língua da costa do Brasil era o tupi. A publicação da Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil, em 1595, a primeira gramática do tupi, pelo padre jesuíta José de Anchieta era parte da estratégia missionária de “conquistar as almas” dos indígenas. A catequização dos povos originais do Brasil foi um dos pilares do início da colonização portuguesa no Novo Mundo. Compreender bem a língua e a cultura dos povos indígenas era um meio de ter mais sucesso nessa missão.

ARTE DE GRAMATICA DA LINGUA
mais usada na costa do Brasil.
Fezta pelo padre Joseph de Anchieta da Companhia de
I. E. S. V.



Com licença do Ordinário & do Preposito geral
da Companhia de I. E. S. V.
Em Coimbra per Antonio de Mariz, 1595



▲ Página de rosto da Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil, de 1595



▲ Imagem do livro *Yanomami* (1978), de Cláudia Andujar

◀ Luta esportiva dos povos indígenas do Xingu

Crédito: Marcello Casal/Agência Brasil

DO PASSADO AO PRESENTE

Da invasão colonizadora às ofensivas desenvolvimentistas: por que é importante estar ao lado dos povos originários no contexto brasileiro?

No Brasil, existem atualmente mais de duzentos e cinquenta povos indígenas, falantes de mais de cento e cinquenta línguas distintas. Embora esses números sejam extensos, na época em que os colonizadores europeus chegaram a essas terras, eles eram ainda maiores. Com estimativas que alcançam a casa dos milhões de indígenas, falantes à época de mais de mil línguas diferentes, notamos a existência de um problema em relação a como esses primeiros contatos foram travados com as populações locais. Os registros históricos remontam um cenário marcado por constantes processos de dizimação e tentativas de aniquilamento dos modos de vida nativos. Entre as inúmeras formas de dar início ao projeto colonizador, podemos citar a atuação dos bandeirantes e dos missionários jesuítas no período colonial.

Embora a história do contato e da colonização tenha sido bastante violenta, o tempo não fez com que essas populações deixassem de sofrer ataques. Por parte do Estado, é possível citar o projeto desenvolvimentista de expansão econômica no país. O avanço, em terras indígenas, de atividades seringueiras durante os ciclos da borracha, a exploração e extração de minérios e a construção de benfeitorias para a criação de novas estradas e cidades

são alguns dos exemplos iniciados em um passado mais recente, mas que se mantêm como problemas graves até os dias de hoje. Além disso, no século XIX, o Brasil passou a se organizar em torno de projetos de “integração” das populações indígenas à sociedade nacional. Um discurso que demonstra a intolerância estatal com a existência de populações tradicionais.

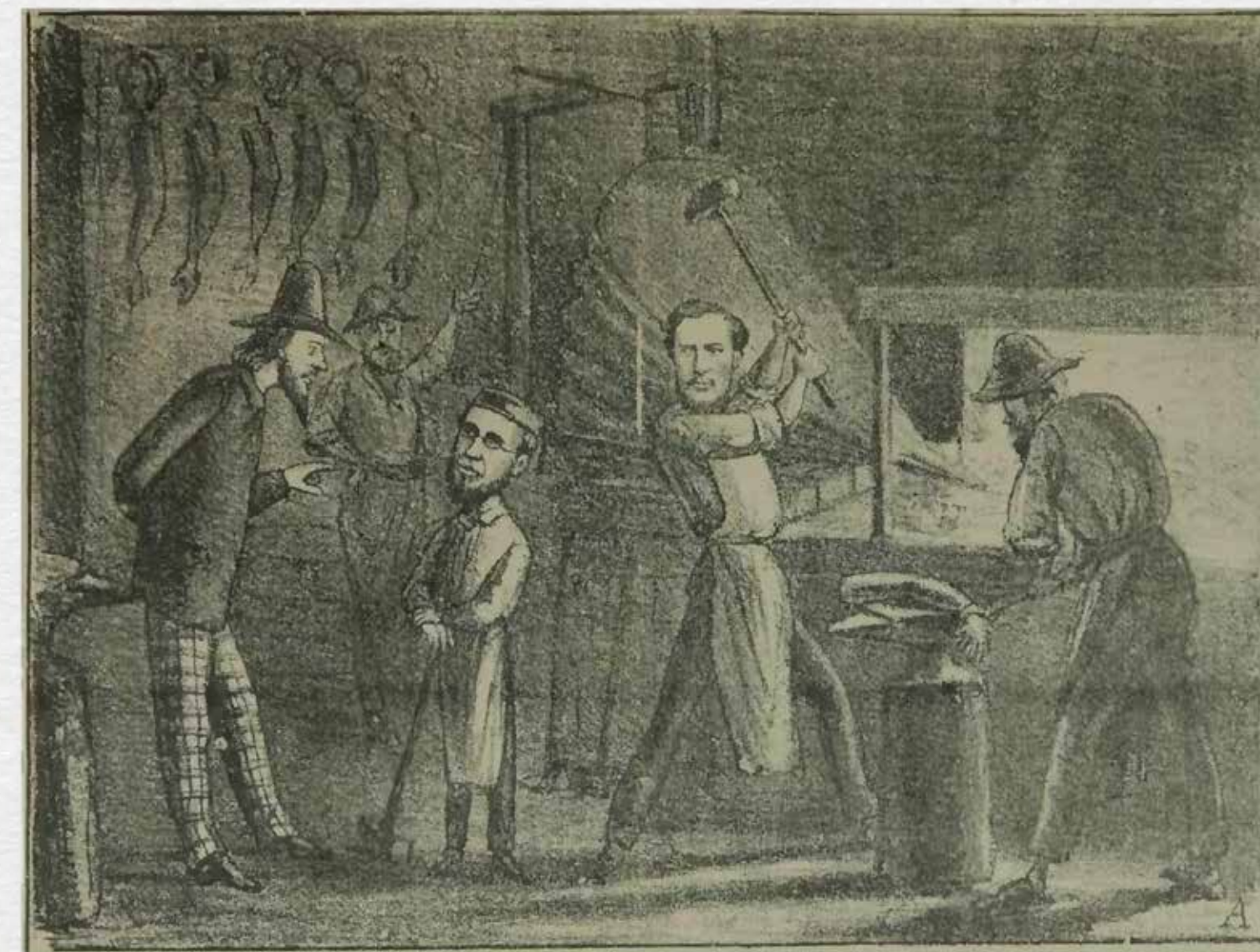
Ao falarmos de povos indígenas no Brasil, é impossível não citar as lutas pelo direito à demarcação territorial, já que se entende que o acesso à terra é fundamental para garantir a manutenção dos modos de vida particulares e a segurança alimentar dessas populações. A Constituição Federal de 1988 já reconhecia os direitos indígenas às terras. Foi ela a responsável por promover um modelo político que pretendia abandonar os projetos de integração, afirmando, por outro lado, a pluralidade étnica e cultural dos povos.

Com efeito, mesmo com o genocídio ao qual estiveram e estão submetidos, os povos indígenas seguem ocupando cada vez mais espaço de destaque na política, nas artes e nos debates públicos em nosso país, afirmando seu direito à existência e a riqueza que sua diversidade de línguas, culturas e costumes pode prover ao Brasil.



◀ Gregório de Matos (1636-1696)

Ilustração para *edição no 13* da publicação satírica *Cabrião* (1866-1867) ▶



—Pois não está vendo, sr. Cebrião? Estamos fabricando braços para a guerra.
—Santo Deus!... Antes fossem destinados para a agricultura. Já não necessitamos de braços para a guerra, exm. sr.: o que falta-nos é uma boa cabeça.

DO PASSADO AO PRESENTE

Sátira ao poder e liberdade de expressão

A sátira e as fake news geram um debate intenso sobre a liberdade de expressão. Apesar de ambas tenderem ao absurdo, notamos diferenças em como se desenvolvem e nos objetivos que almejam. A sátira é uma técnica que utiliza mecanismos como o exagero e a diminuição para lançar um olhar crítico a uma pessoa ou grupo social, podendo até ocasionar o riso, como fazem os sites de sátira jornalística [Sensacionalista](#) e [The piauí Herald](#). Ela é um exercício de liberdade de expressão, pois vemos que essa técnica ambiciona

aguzar o senso crítico da sociedade. Já as fake news são notícias falsas que não se atêm aos fatos, manipulam o público e são usadas para tirar algum proveito econômico ou político. Os criadores das fake news apoiam-se na liberdade de expressão para defender suas atividades e com isso forma-se um terreno de disputa acerca dos limites desse direito.

Embora pareçam novidades, a história brasileira apresenta alguns exemplos de fake news e sátiras. O Plano Cohen, fraude apresentada pelo governo Vargas que enumerava atividades terroristas do Partido Comunista Brasileiro e outras organizações comunistas, é um exemplo de fake news antes desse termo ser popularizado.

“[Cabrião](#)” (1866), no Segundo Reinado, e “[O Pasquim](#)” (1969), na ditadura militar, foram periódicos que fizeram uso da sátira ao poder e aos costumes.

Um dos primeiros satíricos da história brasileira foi [Gregório de Matos](#). Nascido em Salvador no ano de 1633, o poeta cursou Direito em Coimbra, Portugal. Retornou ao Brasil em 1682, após ficar viúvo e fazer votos religiosos. Atuou como vigário-geral e tesoureiro-mor do arcebispado. Em contraposição aos cargos religiosos, Gregório começa a levar uma vida boêmia e próxima dos populares.

A sátira em Gregório de Matos é vista em versos como “A cada canto um grande conselheiro,/ Que nos quer governar cabana e

vinha;/ Não sabem governar sua cozinha,/ E podem governar o mundo inteiro.”, do poema *Descreve o que era naquele tempo a cidade da Bahia*. Nesses versos, o poeta utiliza a diminuição dos conselheiros para criticar a nobreza que ocupava o poder. No soneto *À Bahia*, Matos escreve sobre o estado de desgraça da Bahia por conta da ascensão da mesma nobreza. Nos versos “Ninguém vê, ninguém fala, nem impugna,/ E é que, quem o dinheiro nos arranca,/ Nos arrancam as mãos, a língua, os olhos.”, o poeta faz uso do exagero para mostrar o quão apáticos eram os colonos diante da opressão vinda da ascensão dessa classe.

Assista à palestra sobre os [Poemas escolhidos de Gregório de Matos](#).

1705 Publicação de Música do Parnasso, primeiro livro impresso de um autor brasileiro, Manuel Botelho de Oliveira

1750 Assinatura do Tratado de Madrid, primeira tentativa de estabelecer os limites entre as colônias de Portugal e Espanha na América do Sul



1711

“Os escravos são os pés e as mãos do senhor de engenho”

O missionário jesuíta italiano André João Antonil viveu mais de trinta anos no Brasil, de 1681 a 1716, ano de sua morte. Em 1711, Antonil tentou publicar em Portugal o livro Cultura e Oculência do Brasil por suas Drogas e Minas, no qual descreve as principais riquezas da colônia naquele momento: cana de açúcar, tabaco, minas de ouro e criação de gado. A Coroa portuguesa, contudo, temia a divulgação de informações detalhadas sobre a produção econômica de sua principal colônia e proibiu a circulação da obra – quase todos os exemplares foram apreendidos e destruídos. O livro só voltou a ser publicado novamente em 1837. A obra de Antonil é uma das principais fontes de informação sobre a economia do Brasil colonial. Numa famosa passagem, Antonil diz que “os escravos são os pés e as mãos do senhor de engenho”, frase que sintetiza a total dependência do trabalho escravo na economia colonial.



▲ Escravos mineram diamantes sob supervisão de feitores

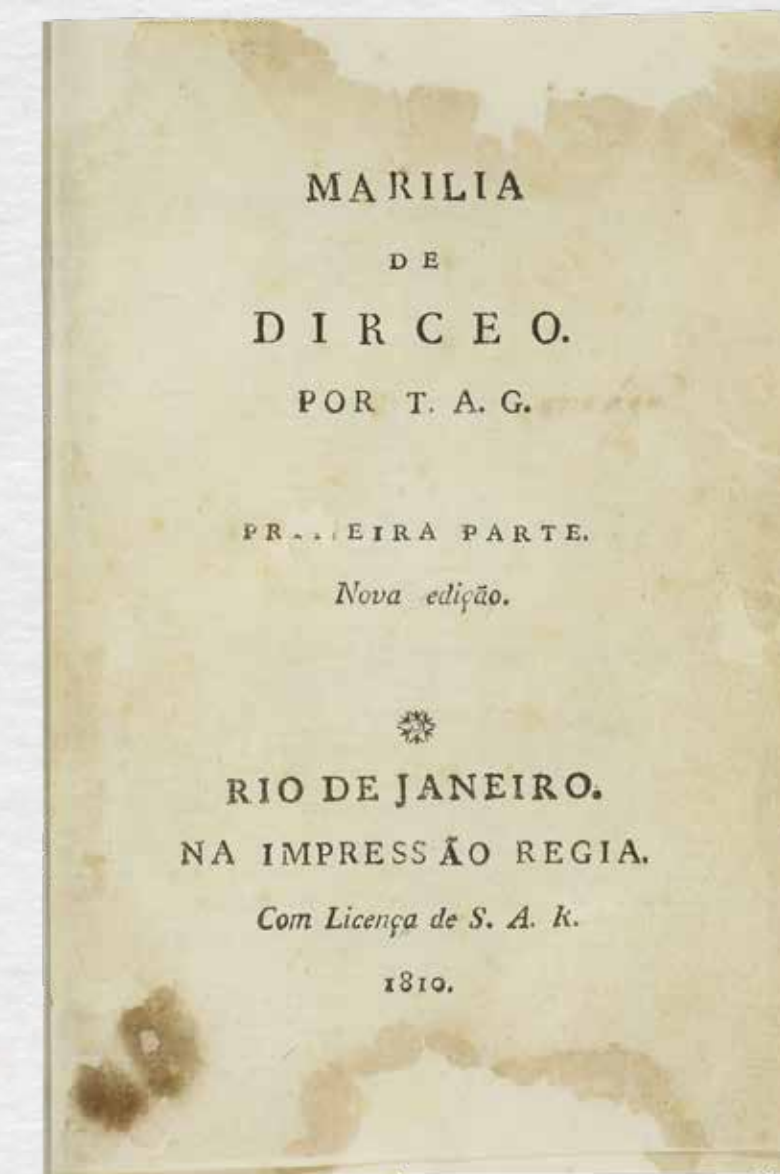
Século XVIII

Arcadismo no Brasil

A atividade mineradora foi a causa do desenvolvimento de um importante centro urbano em Minas Gerais nos meados do século XVIII. Além de centro econômico, a cidade de Vila Rica (hoje Ouro Preto) tornou-se nessa época o mais importante centro cultural da colônia, que reuniu os principais escritores árcades brasileiros. A escola Arcade estava baseada no resgate da cultura e autores clássicos (gregos e romanos) e renascentistas (como Camões). Os autores de maior destaque dessa escola são Basílio da Gama e Santa Rita Durão, que produziram os poemas épicos O Uruguay e Caramuru, que relatam fatos históricos envolvendo indígenas e europeus. Na poesia lírica, destacam-se Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga, que, seguindo os ideais clássicos, valorizavam a simplicidade, a vida no campo, a natureza. Publicado em 1792, Marília de Dirceu, de Gonzaga, foi o primeiro best-seller da literatura brasileira. Outras importantes influências no meio cultural de Vila Rica eram os ideais iluministas e da Revolução Americana, o que contribuiu para a deflagração da Inconfidência Mineira em 1789, da qual participaram Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga.

▲ Primeiras edições dos livros: O Uruguay (1769) de Basílio da Gama, Caramuru (1781) de Santa Rita Durão Obras (1768) de Cláudio Manuel da Costa

▼ 1ª edição de Marília de Dirceu (1792) de Tomás Antônio Gonzaga





▲ Quassia Amara, 1801

Máquinas de eletricidade, 1800

1783

Ciências naturais no Brasil colônia

José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811) foi um dos mais importantes cientistas brasileiros do período colonial. Entre 1783 e 1790, liderou uma expedição pela província do Rio de Janeiro com o objetivo de coletar espécies vegetais da região. A expedição deu origem à publicação Florae Fluminensis, que descreve mais de 1600 plantas. Além de realizar suas próprias pesquisas Veloso foi um grande divulgador das ciências naturais e promotor de novas técnicas agrícolas.

1789

Tiradentes, herói nacional

Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes foi o único participante da Inconfidência Mineira a ser condenado à morte. Foi enforcado e esquartejado em praça pública. Não por acaso, era o inconfidente de posição social mais baixa; os outros conspiradores, membros da elite local, receberam penas mais leves, de prisão e degredo. Inspiradas pelas ideias iluministas e pela Revolução Americana, a Inconfidência Mineira inicialmente se organizou contra a o excessivo controle português sobre a região de Minas Gerais e a pesada cobrança de impostos. O plano dos conspiradores era declarar a independência de Portugal e fundar uma república. Embora lutassem pela liberdade, não era consenso entre inconfidentes que a escravidão devesse ser abolida.

Assista à palestra sobre o Romanceiro da Inconfidência, de Cecília Meireles.



▲ Tiradentes, de Renina Katz. Gravuras de 1956 para o Romanceiro da Inconfidência de Cecília Meireles



DO PASSADO AO PRESENTE

A Viola de Lerenó e a formação da música popular brasileira

A música popular no Brasil sempre se notabilizou por sua multiplicidade, por seu caráter híbrido, colorido, original. Soma-se a isso a coragem de seus compositores – sejam eles individuais ou coletivos – em relatar os eventos cotidianos de forma orgânica e ao mesmo tempo revelar a quem quiser ouvir os afetos mais íntimos de grupos ou sujeitos, com graça, singularidade, força e beleza. Nesse sentido, a vida e a obra de Lerenó Selinuntino, pseudônimo de Domingos Caldas Barbosa, nos permite perceber um pedaço dessa história, que remonta a tempos distantes e que guarda tanto confluências quanto atritos no que tange à produção musical brasilei-

ra e sua circulação na sociedade.

Lerenó foi poeta arcádico, glosador, violeiro, capelão, criador de modinhas e lundus populares entre as massas e apreciados entre a corte. Durante o século XVIII, ele foi um importante personagem colonial. Filho de um comerciante português e de uma angolana alforriada, sintomaticamente considerado “nem preto nem branco, no entanto com virtudes sociais”, Selinuntino transitou da boemia carioca aos salões nobres de Lisboa, num processo que logrou aproximações e conexões entre a música que sorveu das ruas com a alta cultura europeia de então. Suas especiais capacidades artísticas para interpretar cantigas oriundas de ritmos portugueses e africanos, num momento em que nascia uma música propriamente brasileira, foram responsáveis por difundir um tipo de sonoridade específica, motivo pelo qual Lerenó é interpretado como precursor da música

popular brasileira.

Outro fato relevante na biografia do autor e para a cultura luso-brasileira foi a introdução do lundu na alta sociedade. A dança e o canto que caracterizam o lundu foram muito populares durante o período colonial – embora tenha coexistido a aversão racista do Estado, que tentou proibi-lo – chegando mesmo a ser a primeira manifestação cultural negra a ser incorporada e praticada pelos colonos brancos. Esta forma artística é proveniente das regiões hoje denominadas Congo e Angola e é considerado o ancestral direto do samba, sendo também a primeira gravação musical do Brasil, em 1902. Domingos fez grande sucesso nos salões da metrópole lisboeta ao apresentar a música lundu, não aquela que se cantava e dançava entre os negros, mas sim um lundu aguado, polido, estilizado ao gosto da nobreza ciosa por commodities de além-mar. Porém, mes-

V I O L A D E L E R E N O :

COLLECÇÃO
DAS SUAS CANTIGAS,

OFFERECIDAS
AOS SEUS AMIGOS.

VOLUME I.



LISBOA:
NA OFFICINA NUNESIANA.
Anno 1798.

Com licença de Meza do Desembargo
do Passio.

◀ 1ª edição de *Viola de Lerenó* (1798)
de Domingos Caldas Barbosa

mo com essa despotencialização do estilo ainda assim vemos na linguagem e na musicalidade de Lerenó sua africanidade, como se nota a seguir nos versos de um de seus lundus:

Lundum de cantigas vagas

Xarapim eu bem estava
Alegre nest'aleluia,
Mas para fazer-me triste
Veio Amor dar-me na cuia.
(...)

Se visse o meu coração
Por força havia ter dó,
Por que o Amor o tem posto
Mais mole que quingombó.

Tem nanhã certo nhonhó,
Não temo que me desbanque,
Porque eu sou calda de açúcar
E ele apenas mel do tanque.
(...)

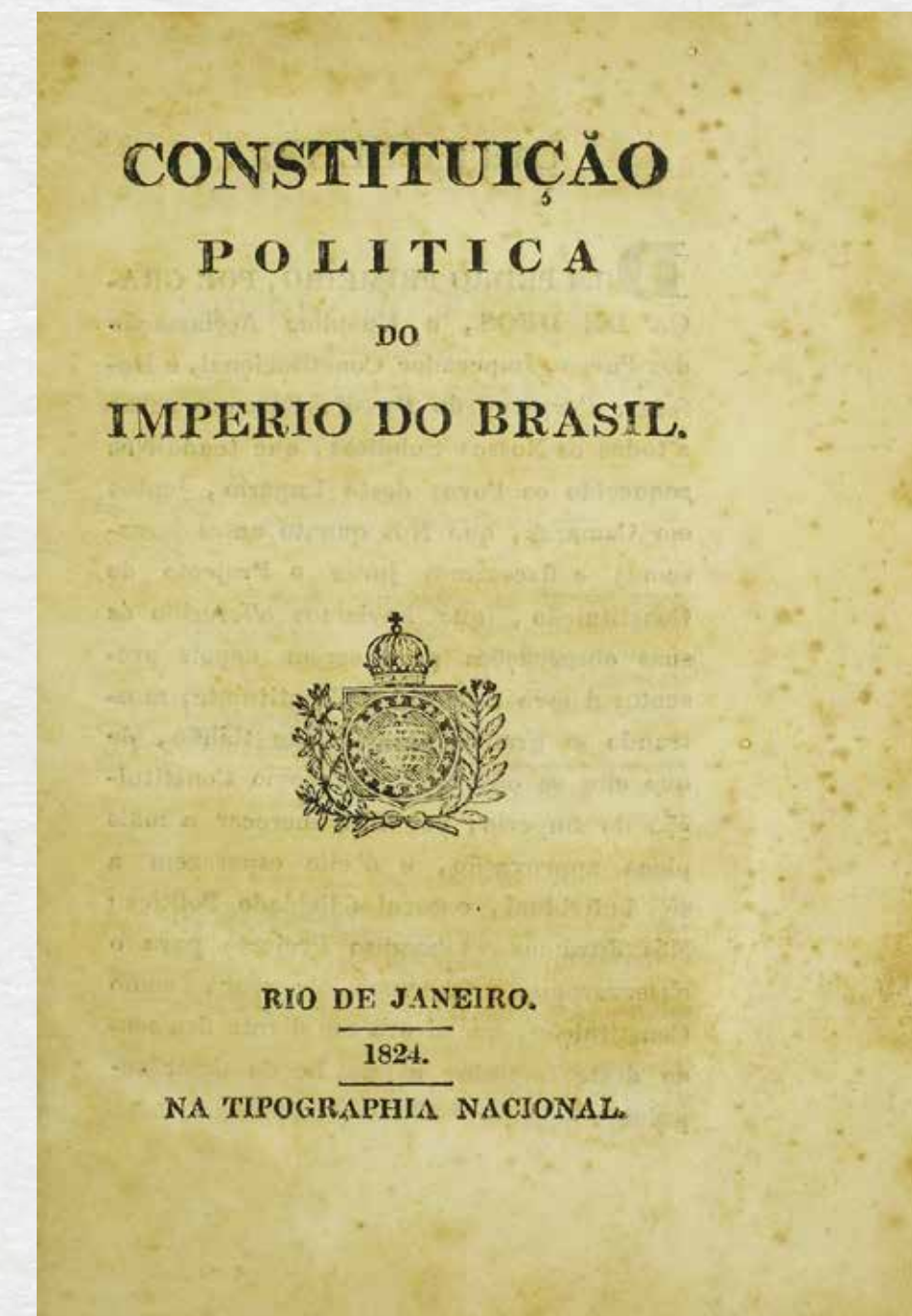
1808 Transferência da Corte portuguesa para o Brasil

1822 Independência do Brasil

1824

A primeira constituição do Brasil

No episódio conhecido como “Noite da Agonia”, Dom Pedro I dissolve a assembleia encarregada de produzir uma constituição brasileira em 1823, um ano após o Brasil declarar a independência de Portugal. Temendo que seu poder fosse enfraquecido pelas elites responsáveis pelo projeto constituinte, Dom Pedro outorga a [Constituição de 1824](#), a primeira do Brasil, lhe conferindo amplos poderes, inclusive o Poder Moderador, que era exercido exclusivamente pelo imperador e se sobrepunha aos outros poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). O exemplar preservado pela Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin é um raro documento da historiografia brasileira, datado de 1824, publicado pela Tipografia Nacional. Dentre as características dessa constituição está o voto masculino, indireto e censitário (isto é permitido apenas a cidadãos que comprovassem determinada situação sócio-econômica), centralização política e administrativa, permanência da religião católica como religião oficial do império, sendo todas as outras religiões permitidas apenas em cultos domésticos.



▲ [Constituição Política do Imperio do Brasil \(1824\)](#)

Comércio ambulante ou informal e sua persistência no ambiente urbano atual

O comércio ambulante ou informal era um fator fundamental, tanto para a subsistência dos que nele trabalhavam, como para o acesso a produtos e víveres pelas paupérrimas massas. A distinção entre escravos de lavoura e escravos de ganho - que trabalhavam prestando serviços a seus senhores - abria aos últimos possibilidades de uma maior autonomia e mobilidade, embora limitadas, das quais se valiam para fazer circular informações, conhecimentos, preparar conspirações e alimentar seus vínculos afetivos. A proeminência de mulheres negras - que constituíam a maioria desta classe - como agentes deste mercado remonta aos papéis econômicos e sociais desempenhados por elas em território africano.

Embora a quantidade de trabalhadores informais fosse tão numerosa a ponto de sua atividade ser regulamentada pelas autoridades públicas após 1808, as questões que permeiam esse tema se fazem sentir ainda hoje. É notória a diversidade de produtos e de serviços prestados por trabalhadores ambulantes atualmente, que ocupam o espaço público de grandes e médias cidades buscando sua fonte de renda

às margens dos vínculos empregatícios convencionais, numa resposta às pressões econômicas cíclicas que os empurram em direção ao desemprego. Um ponto importante nesta discussão é o fato de que o espaço urbano e sua população são amplamente dependentes deste tipo de serviço mas, ainda assim, as ações tomadas pelo poder público contribuem para a precarização dos trabalhadores informais. Ações estas que se traduzem regularmente na desconsideração da referida atividade no planejamento geográfico das cidades, na negligência legislativa ou de seguridade social para com seus agentes e, de modo mais evidente, na perseguição constante dos trabalhadores pelo poder público.

Um fator recente que atua complexificando toda esta discussão é a presença cada vez maior de imigrantes ou refugiados no comércio informal em grandes capitais do Brasil. De nacionalidades variadas, mas notadamente de origem caribenha, africana ou sul-americana, estes sujeitos explicitam a precarização apontada acima e acrescenta outros elementos ao mosaico das metrópoles. A integração dessas pessoas no comércio ambulante comporta ambiguidades específicas e dialoga com os problemas que há muito estão presentes. Um exemplo disso é o racismo e a xenofobia que assolam esses trabalhadores em particular, mas que incidem também sobre grupos de brasilei-

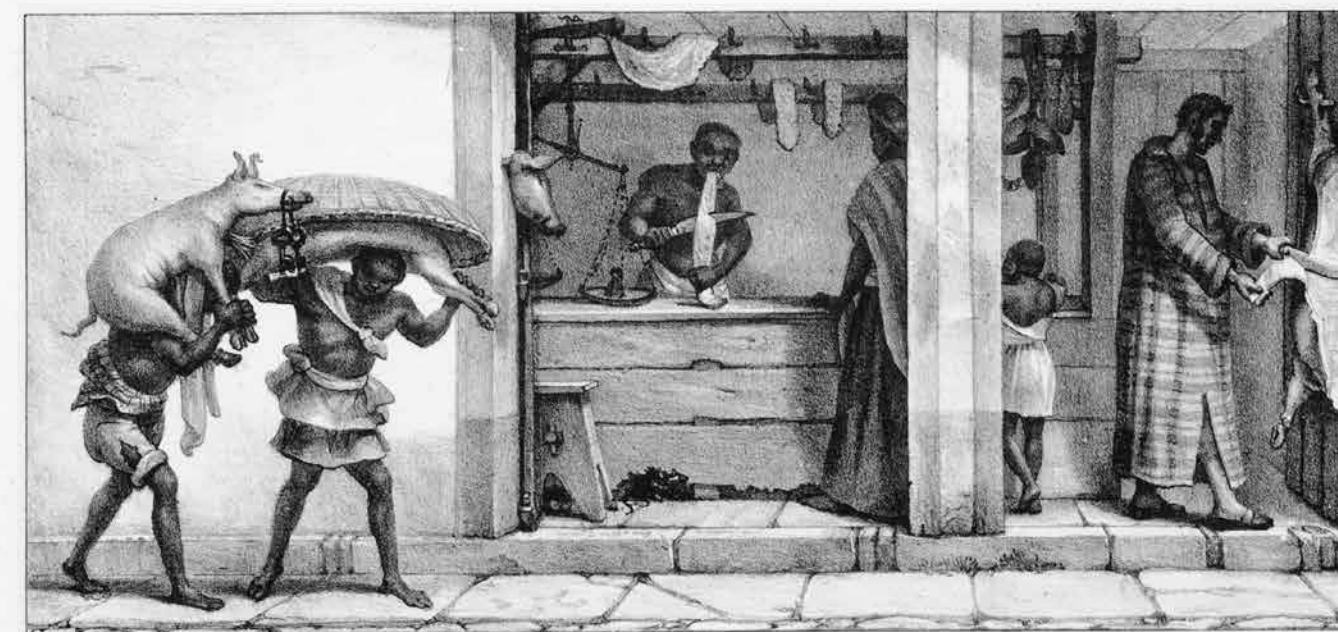
ros; a violência policial e a negligência de recursos em termos de assistência jurídica e social se somam a este cenário. A dependência urbana deste tipo de comércio, que coexiste com a desvalorização de seu serviço e com a repressão e racialização de seus trabalhadores é um tema que não perdeu sua atualidade.

Partie

PL.46.



LE CHIRURGIEN NÈGRE.



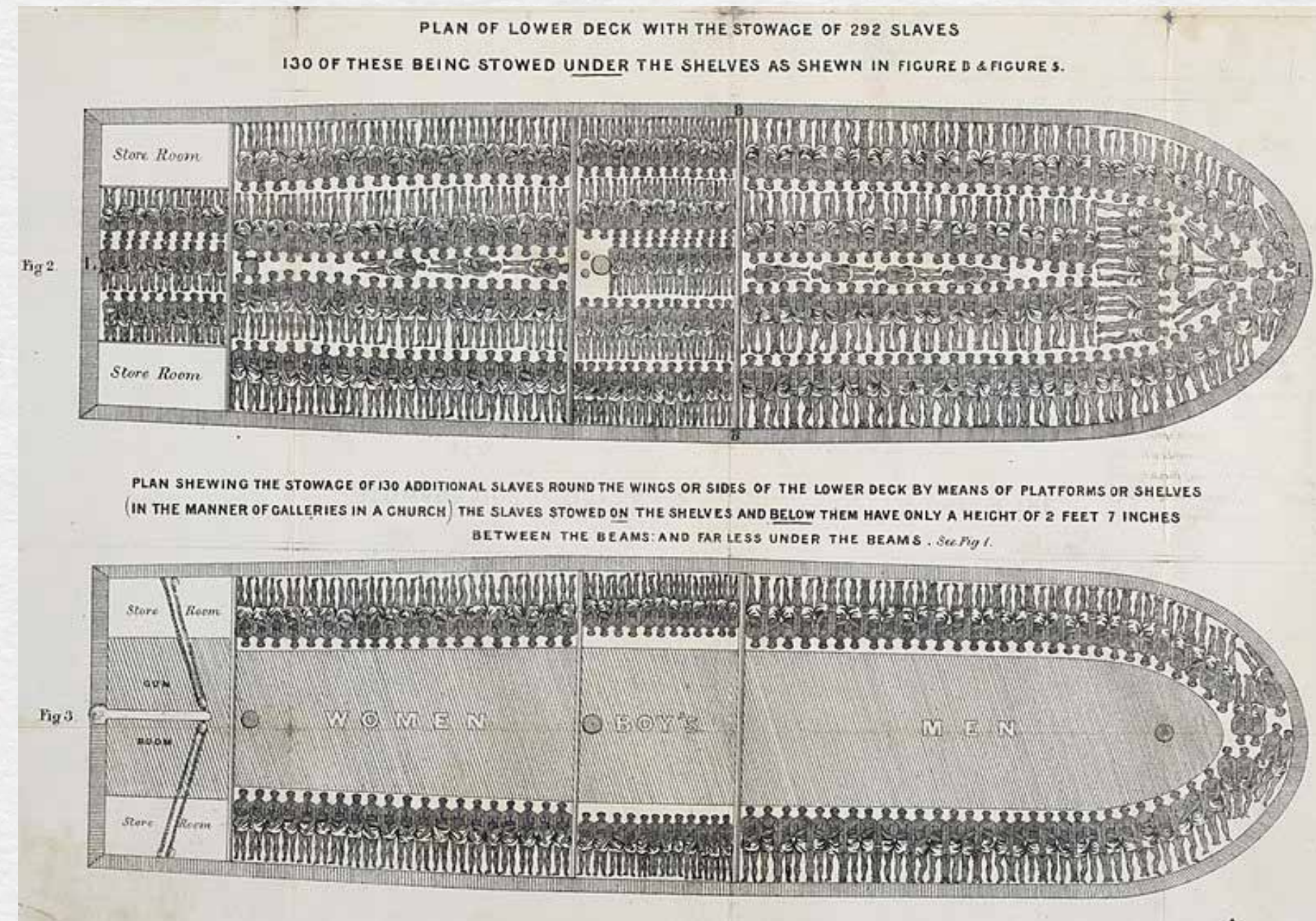
B. Debret del.

Lith. de Thierry-Frères, Succ. de Engelmann

BOUTIQUE D'UN MARCHAND DE VIANDE DE PORC.

◀ Le chirurgien nègre. Boutique d'un marchand de viande de porc (O cirurgião negro. Loja de comerciante de carne de porco), Jean Baptiste Debret, 1835

1831 - 1840 Período Regencial entre a Abdicação de D. Pedro I e a Declaração de Maioridade de D. Pedro II, o Brasil foi governado por regentes



▲ Planta de um navio negreiro, incluída em [Bosquejo sobre o comércio de escravos](#), de 1821

1831

Debate e legislação sobre o fim do tráfico de escravos

O debate sobre o fim do tráfico de escravos no Brasil data do início do século XIX. Como demonstra a [Memória sobre a abolição do comércio da escravatura](#), escrito em 1810, a principal questão desse debate era: como conciliar as pressões externas, sobretudo britânicas, pelo fim do tráfico negreiro e, ao mesmo tempo, dar sustentação e viabilidade para o sistema agroexportador, então principal fonte de riqueza da colônia? O debate repercutiu na legislação e a Lei Feijó, de 1831, foi a primeira a ser promulgada no Brasil proibindo o tráfico de escravos. Seu artigo 1º dizia "Todos os escravos, que entrarem no território ou portos do Brasil, vindos de fora, ficam livres." A lei, contudo, foi largamente desrespeitada. Pressionado pelo Reino Unido, principal promotor do fim do comércio de escravos no Brasil, o Império brasileiro elaborou em 1850 a Lei Eusébio de Queirós, que previa medidas mais enérgicas contra os traficantes de escravos.

Saiba mais em: [Fim da escravidão, não dos privilégios – Memória sobre a abolição do comércio da escravatura](#)

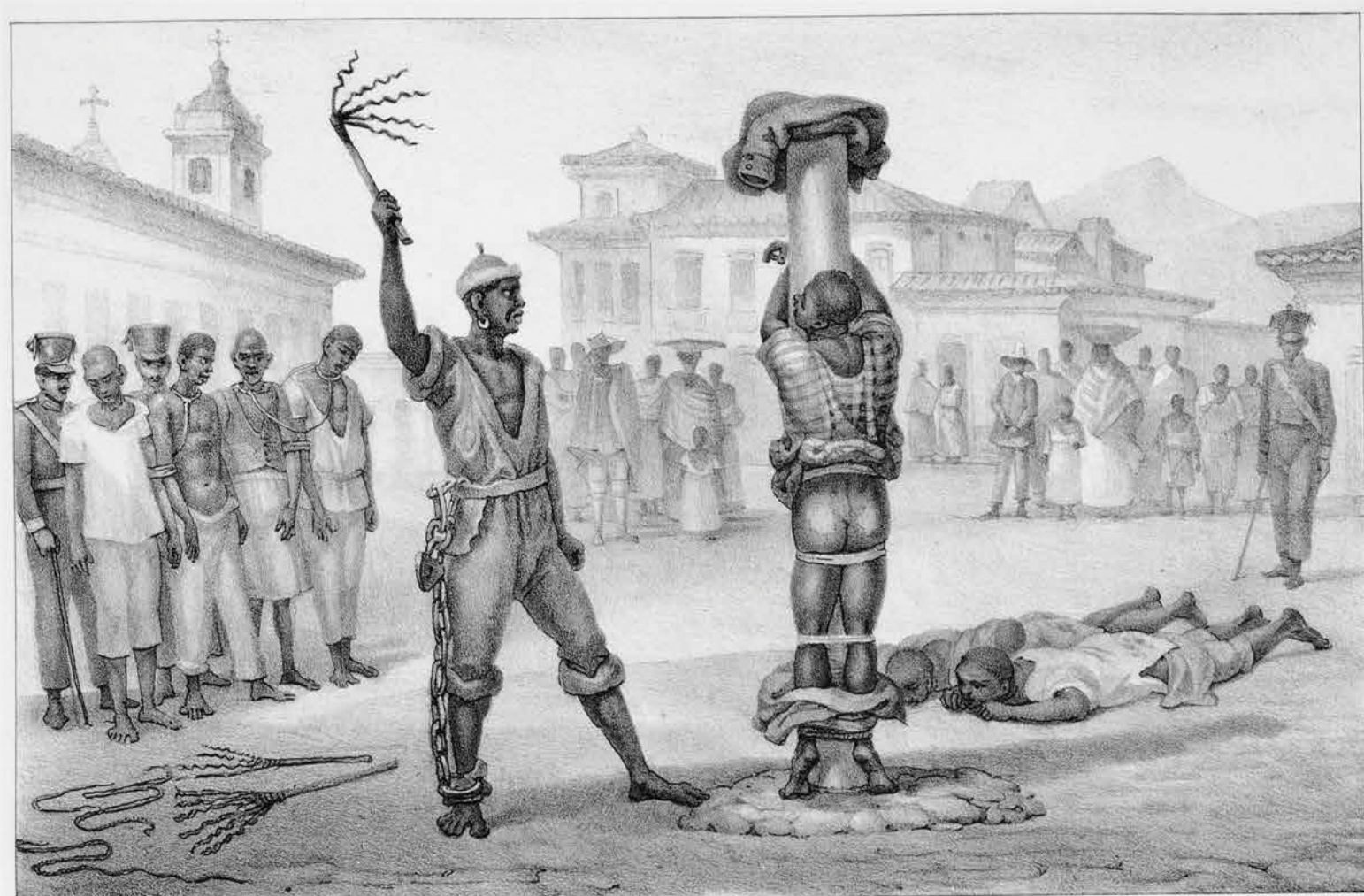
Violência contra o corpo negro

Durante o período colonial e imperial brasileiro, a escravidão foi o principal sistema de obtenção de mão de obra para as atividades econômicas no campo e na cidade. Para manter a ordem, os senhores recorriam frequentemente à violência física contra os escravizados. Com o objetivo de reeducá-los e puni-los, tais castigos eram garantidos pelas ordenações herdadas de Portugal, que permitiam sua utilização, descrevendo até o modo de serem realizados. Além das ordenações, o exercício da escravidão e dos castigos eram corroborados pela Igreja Católica, defendida por personagens influentes da história brasileira, como o Padre Antônio Vieira. No [Sermão XIV do Rosário](#), Vieira afirma que a escravidão é uma oportunidade dos africanos serem perdoados e libertos de seus pecados. Logo, tanto nas leis dos homens quanto na Lei Divina, há um esforço para legitimar as agressões utilizadas contra os negros, estimulando a banalização da violência.

A partir de 1791, teve início na colônia francesa de São Domingos rebeliões encabeçadas por escravos e negros libertos. A Revolução Haitiana, como passou a ser chamada o conjunto dessas rebeliões, disseminou, em outras colônias que se valiam do uso de trabalho escravo, o medo

de que essas revoltas pudessem inspirar revoltas de escravizados de outras partes das Américas. No Brasil, um dos meios de combater essa ameaça foi a criação, em 1809, da primeira instituição militar do país, chamada Divisão Militar da Guarda Real de Polícia. Com ela, a violência assume um outro nível: não é somente o senhor de escravos que pune os negros, a polícia militar também assume o papel de repressão, com mais uso de força e violência.

Depois de quase quatrocentos anos, essa opressão deixará sua herança na República e chegará aos dias atuais, pois nota-se que a violência contra os negros ainda permanece rotineira. Em 2019, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública divulgou a 13ª edição do Anuário da Violência, mostrando que 75,4% das vítimas da violência policial brasileira foram negros. Alguns casos causaram comoção e foram amplamente divulgados na imprensa, como o da [menina Agatha](#), do [menino João Pedro](#) e do [músico Evaldo](#). Além disso, um [levantamento da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro](#) afirma que o órgão prisional do estado recebeu mais de 1000 denúncias de maus tratos, sendo 72% contra negros, e que em média 3 presos são torturados por dia no Brasil. Esses casos e dados evidenciam que a brutalidade por parte do Estado direcionada à população negra está intimamente ligada à construção do nosso país, onde a violência contra os negros tem sido permitida e naturalizada por séculos.



L'EXÉCUTION DE LA PUNITION DU FOUET.



Lith. de Thierry Frères Succ. de Engelmann & Co

NÈGRES À TROUCO

1839 Nascimento de Machado de Assis, no Morro do Livramento, Rio de Janeiro



RIDEAU DE LA FORÊT YIERCE

▲ Cortina da floresta virgem, de Victor Frond, *Brazil Pittoresco*, 1861

1841

Destruição dos biomas brasileiros

A Mata Atlântica é um dos grandes biomas brasileiros. Estende-se por 17 Estados e abrange por volta de 15% do território nacional. Para além de um variado conjunto de ecossistemas nativos, a Mata Atlântica concentra também grande parte da população brasileira (72%). Atualmente, ela conta com apenas cerca de apenas 12,5% de seu território original preservado. Problemas relacionados ao desmatamento já são notados em 1841 pelo naturalista britânico Georges Gardner:

“A floresta, que antes cobria considerável porção do cimo, fora cortada e convertida em carvão de lenha e os pequenos arbustos e vellozias que cresciam na parte exposta haviam sido devorados pelo fogo. O progresso da cultura se vai fazendo tão rapidamente numas vinte milhas à volta do Rio, que muitas das espécies ainda existentes estarão, no decurso de poucos anos, completamente extintas, e os botânicos que no futuro visitarem o país em vão procurarão plantas colhidas por seus predecessores.” (Georges Gardner, *Viagens ao interior do Brasil*, 1846).

1846

Romantismo no Brasil - construção de uma identidade nacional

O início do Romantismo no Brasil foi marcado pelo esforço de construir narrativas e símbolos que afirmassem a identidade de uma nação que tinha acabado de se tornar independente. A idealização da natureza tropical e do índio foi um dos principais recursos utilizados por poetas e romancistas para criar uma identidade nacional brasileira. Um dos melhores exemplos desse programa literário e ideológico é a obra de Gonçalves Dias, um dos mais principais autores dessa vertente nacionalista. Seu livro de estreia, *Primeiros Cantos*, de 1846, inicia-se com seu poema mais famoso, *Canção do exílio*, um marco da poesia nacionalista brasileira. No romance, esse programa ideológico nacionalista encontrou seu ponto alto nos romances indianistas de José de Alencar, como *O Guarani* (1857) e *Iracema* (1865).

CANÇÃO DO EXÍLIO*

Seuff du das Land wo die Citronen blühen,
Im dunkeln Laub die Gold-Orangen glühen,
Seuff du es wohl? — Daßin, daßin!
Wäsd'ich — sießin.

© 1846.

Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá;
As aves, que aqui gorjeião,
Não gorjeião como lá.

Nosso céu tem mais estrelas,
Nossas varzeas tem mais flores,
Nossos bosques tem mais vida,
Nossa vida mais amores.

Quando eu compuz esta canção, ou como melhor se chame,
tinha apenas visto algumas das Províncias do Norte do Brazil.

2

PRIMEIROS CANTOS

10

Em scismar — sósinho — á noite —
Mais prazer encontro eu lá;
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá.

Minha terra tem primores,
Que taes não encontro eu cá;
Em scismar — sósinho — á noite —
Mais prazer encontro eu lá;
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá.

Não permita Deos que eu morra,
Sem que eu volte para lá;
Sem que eu desfrute os primores
Que não encontro por cá;
Sem qu'inda aviste as palmeiras,
Onde canta o Sabiá.

Coimbra — Julio 1843.



▲ Páginas de *Canção do exílio*, de Gonçalves Dias

DO PASSADO AO PRESENTE

Epidemias no Brasil: questão de saúde, questão social

Epidemias não são nenhuma novidade na história do Brasil e do Mundo. As populações indígenas das Américas, por exemplo, tiveram que enfrentar diversas doenças trazidas pelo colonizador europeu, até então inexistentes no Novo Mundo e para as quais o seus sistemas imunológicos não estavam preparados. Uma simples gripe era capaz de aniquilar uma aldeia inteira. Em cinco séculos, centenas de milhares de indígenas morreram e ainda morrem atacados por doenças do homem branco. Os africanos escravizados também eram vítimas frequentes de surtos epidêmicos. Os porões dos navios negreiros eram um local particularmente propício para a for-

mação de uma epidemia: muitas pessoas aglomeradas em espaço pequeno e sem ventilação, condições higiênicas precárias, alimentação insuficiente.

As cidades brasileiras também enfrentam epidemias desde os tempos coloniais. O [Rio de Janeiro](#) era uma das cidades mais vulneráveis a doenças: varíola, cólera, sarampo, febre amarela atacavam continuamente a população, sobretudo das classes mais baixas, e os conhecimentos médico-científicos não conseguiam explicar as causas das doenças nem propor formas eficientes para seu combate. Se hoje os conhecimentos científicos avançaram muito, permanece uma terrível herança das epidemias do passado: ainda é a população mais pobre que sofre as piores consequências, sociais, econômicas e sanitárias de surtos epidêmicos.

Saiba mais em: [Epidemias do passado](#)



◀ Índios mortos numa epidemia são enterrados numa aldeia tupinambá, [Hans Staden, 1557](#)



1854

Romance urbano no Brasil do século XIX

A publicação, em 1854, de Memórias de um sargento de milícias, de Manuel Antônio de Almeida, é um marco do romance urbano brasileiro. Fugindo do padrão romântico, o livro, ao narrar a vida malandra do protagonista Leonardo, faz um retrato das classes média e baixa do Rio de Janeiro. Mais próximo da escola romântica, José de Alencar também publicou importantes romances urbanos, como Lucíola (1862) e Senhora (1874), nos quais aborda temas como a prostituição e a oposição entre amor e interesse financeiro. Com Memórias póstumas de Brás Cubas (1881), de Machado de Assis, o romance urbano brasileiro entra no realismo: distante de qualquer idealização, o narrador defunto do romance, Brás Cubas, é um típico representante da elite escravocrata brasileira, hipócrita e arbitrária em seus atos. Nos contos e romances que publicaria em seguida, como Quincas Borba (1891), Várias histórias (1896) e Dom Casmurro (1899), Machado continua a destrinchar o modo de ser e pensar da elite brasileira do período. Alinhado à escola naturalista, O Cortiço (1890), de Aluísio de Azevedo, retrata as péssimas condições de vida a que estavam submetidas as classes mais baixas cariocas. Azevedo já havia publicado outros romances urbanos de influência naturalista, como O mulato (1881), sobre a questão racial, e Casa de Pensão (1884).

Assista à palestra sobre Quincas Borba, de Machado de Assis.

1864 - 1870

A Guerra do Paraguai

Considerado o maior conflito sul-americano, a Guerra do Paraguai contrapôs a “Tríplice Aliança” (Argentina, Brasil e Uruguai) ao Paraguai. O Paraguai, nessa época, adotava medidas expansionistas visando, principalmente, à conquista do acesso ao mar. Essas medidas inevitavelmente atingiram os territórios vizinhos, o que levou os três países a assinarem o Tratado da Tríplice Aliança, no qual se comprometiam na ajuda mútua contra a ofensiva de Solano López, presidente do Paraguai durante o conflito. Em 1869, após mais de cinco anos de confrontos, a cidade de Assunção foi tomada, levando à fuga de López para o interior. Apenas no ano seguinte, com a morte de López, é que houve a rendição definitiva do Paraguai e o fim da guerra. Após o fim dos confrontos, consequências significativas se fizeram presentes no contexto interno brasileiro. Pode-se citar, por exemplo, o alto endividamento com a Inglaterra, o enfraquecimento do regime escravocrata - pois foi necessário recrutar escravos para as frentes de batalha - e o fortalecimento do Exército como instituição e força política. Todos esses fatores, de certa maneira, se mostraram posteriormente ligados ao processo que levou o Brasil ao fim do regime monárquico e à proclamação da República.

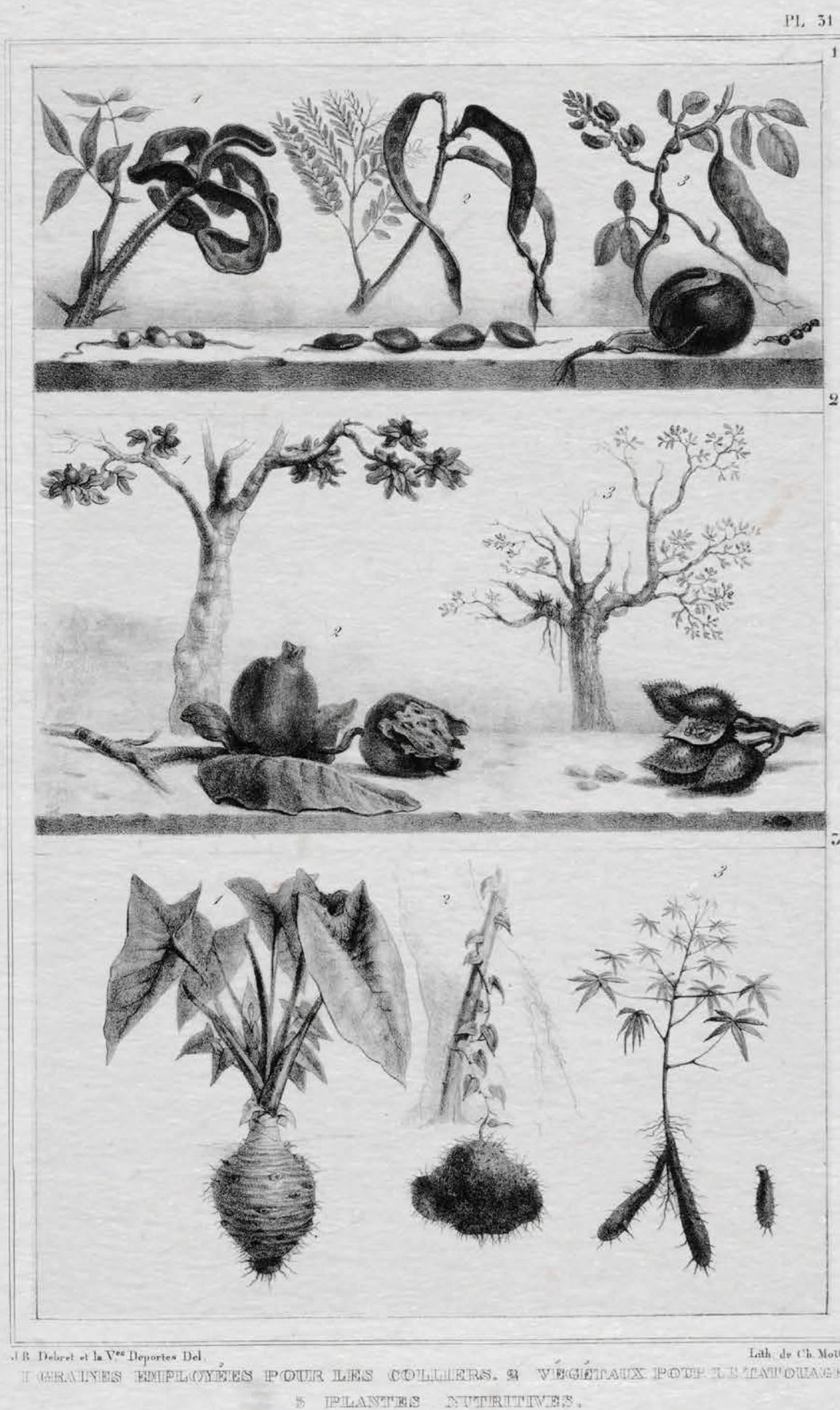
▲ Primeiras edições de

acima Memórias póstumas de Brás Cubas (1881), de Machado de Assis

meio Senhora (1874) de José de Alencar

baixo Memórias de um sargento de milícias (1854) de Manuel Antônio de Almeida

Graines employées pour les colliers (1). Végétaux pour le tatouage (2). Plantes nutritives (3), Jean Baptiste Debret, 1834



1871

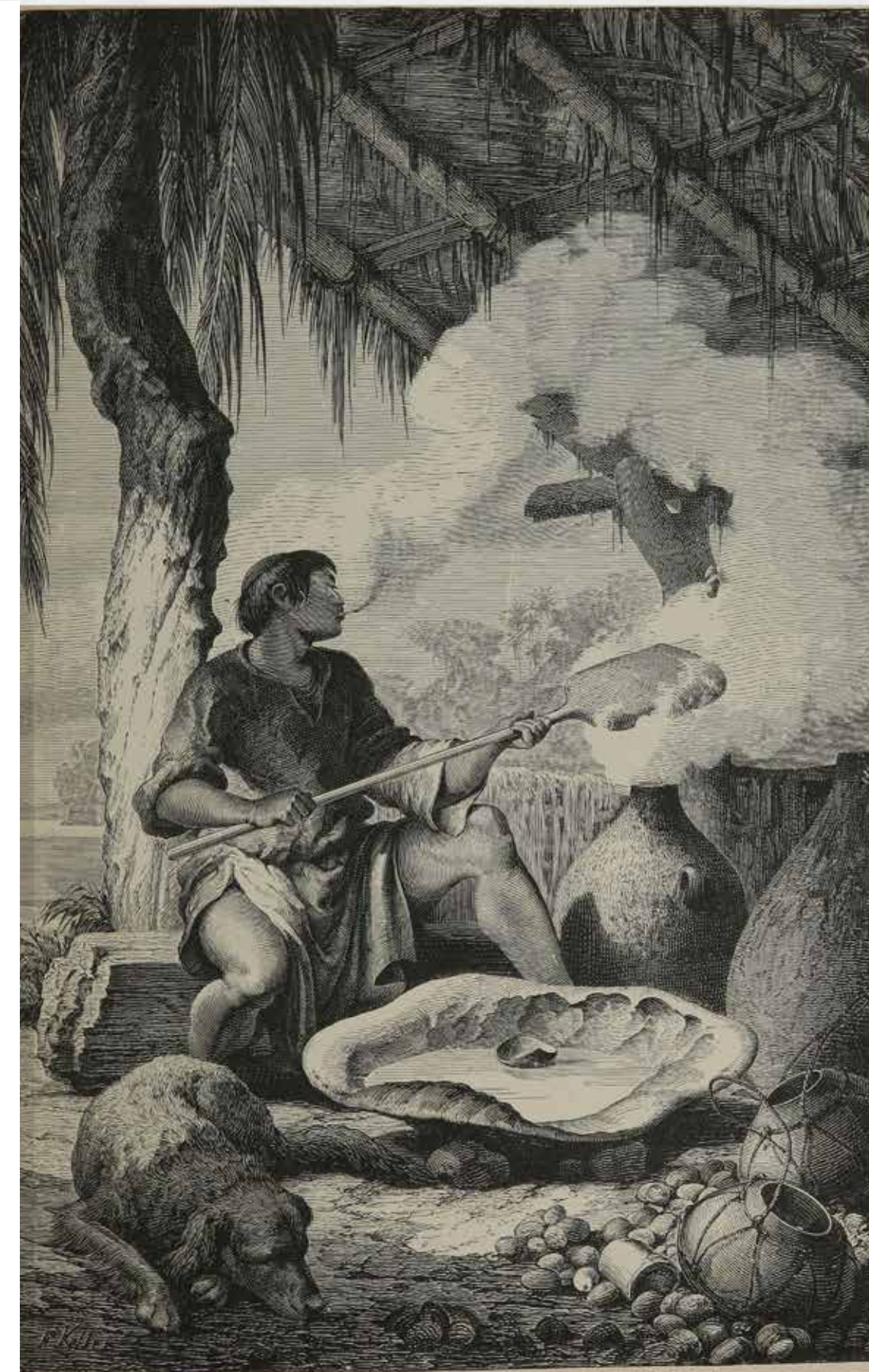
Ciência aplicada à agricultura

Theodore Peckolt foi um farmacêutico alemão que chegou no Brasil em 1847. Seu trabalho é notável pela análise de mais de seis mil plantas, a maior parte delas pertencentes ao domínio da Mata Atlântica. Em [História das plantas alimentares e de gozo do Brasil](#), Peckolt ambiciona alcançar o público agricultor e lança mão de um recurso inovador para a época: usa nomes vulgares das plantas ao invés dos científicos. Para reproduzir parte do pensamento do autor, em um trecho sobre o solo massapê, Peckolt diz que esse é um “terreno argiloso gordo, fino, de cor parda, às vezes denegrada, amolecido pelas chuvas e aderente aos pés com certa viscosidade, de onde lhe vem o nome. Impróprio para a cultura do café, mas excelente para a cana e milho”. O solo massapê é encontrado, por exemplo, na região do Recôncavo baiano e, como assinala o autor, é excelente para o plantio de cana de açúcar. Tanto que nesta região foram implantados os primeiros engenhos de açúcar do Brasil colonial.

1879-1912

O boom da borracha

A Segunda Revolução Industrial tornou a borracha (obtida a partir do látex da seringueira e há séculos usada pelos índios da América do Sul) um produto muito valorizado na Europa e Estados Unidos. Nesse período, exploração da borracha na região amazônica fez cidades como Belém e Manaus se desenvolverem rapidamente: foram construídos suntuosos teatros, cinemas, sistemas de iluminação elétrica e de bondes. Contudo, a maior parte da população local e os imigrantes que buscavam uma vida melhor permaneceu na miséria. Como nota um observador da época: “julga-se natural e logicamente que tal exploração deve enriquecer ou, pelo menos, dar o bem estar a quantos a ela se entregam. Não é infelizmente assim, e os seringueiros, sob uma falaciosa aparência de vida larga e fácil, são regiões de miséria, de privações e de penúria.” (José Veríssimo - [A Amazônia, aspectos econômicos](#), 1892, p. 36.)



INDIA-RUBBER MANUFACTURE ON THE BANKS OF THE MADEIRA.

▲ [Método tradicional indígena de obtenção do látex](#), Franz Keller, 1875

DO PASSADO AO PRESENTE

Patrimônio histórico cultural e memória coletiva

Imagens, símbolos e narrativas fazem parte das políticas ideológicas subsistentes em todos os grupos que ocupam o poder. O passado histórico serve de suporte da memória coletiva, obedecendo a determinados fins, que refletem os interesses dos atores políticos. No entanto, quando o ocultamento do passado histórico na memória coletiva realiza-se por meio de uma política institucionalizada de memória manipulada ou direcionada é possível falar de uma política do esquecimento. Em “Podemos falar de uma política do esquecimento?”, sobre os movimentos afro-brasileiros contemporâneos, o cientista político francês Johann Michel pontua que a seleção de narrativas permite amordaçar reivindicações materiais e buscas por reconhecimento dos descendentes de populações historicamente oprimidas, além de oficialmente ocultar o racismo do qual ainda são vítimas os negros no Brasil.

Imagens de manifestantes derrubando a estátua do traficante de escravizados Ed-

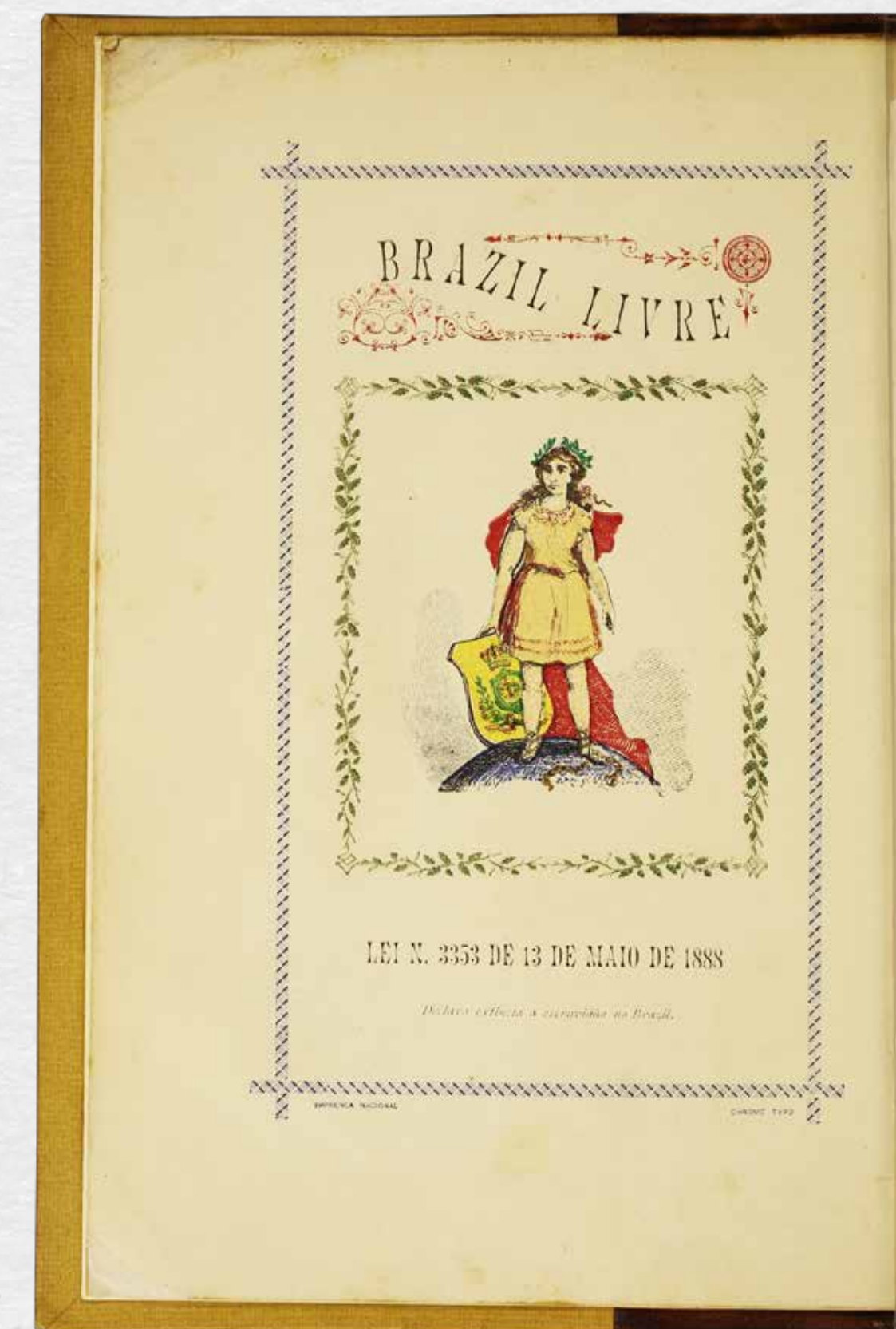
ward Colston em Bristol, na Inglaterra, em 7 de junho de 2020, recolocou o debate sobre o patrimônio público e a memória coletiva. No Brasil, monumentos homenageando o bandeirantismo em São Paulo e a Princesa Isabel no Rio de Janeiro, problematizam para manifestantes do movimento Vidas Negras Importam o ocultamento da história e a escassez de políticas públicas a fim de reparação.

A Imprensa Nacional, órgão do governo do Império Brasileiro, publicou em 1888, ano da assinatura da lei nº 3.353, sancionada no dia 13 de maio pela Princesa Dona Isabel, a obra A festa das crianças. Comemoração da lei 13 de maio que aboliu a escravidão no Brasil. O exemplar traz o registro do início das celebrações anuais realizadas pela comissão de professores primários da Corte, com efeito para todas as escolas públicas, que visam a rememoração da lei que recebeu o nome em alusão ao caráter glorioso sob o qual foi forjada. A ‘Lei Áurea’, expressa o intuito de ressignificar a história através do projeto de mascarar o passado escravagista brasileiro e os protagonistas de sua contestação, tornando-se notáveis estes elementos na obra em questão: “um

meio pedagógico dos mais importantes no vastíssimo campo da educação integral, gravando-se na memória dos seus infantis alunos, para não mais se extinguirem, os fatos comemorativos da Áurea Lei, que presenciasses e cuja reminiscência lhes fosse agradavelmente desperta, narrando a futuras gerações as cenas alegres e edificantes em que foram principais atores”.

Essas narrativas, que sustentaram uma memória coletiva sobre uma suposta democracia racial, contribuíram para mascarar o passado escravagista e ocultar a herança negra e indígena na construção da sociedade, da cultura e da economia no Brasil. A antropóloga canadense Francine Saillant faz um importante comentário sobre essa dissimulação:

“O Estado brasileiro erigiu pouquíssimos monumentos e museus públicos relativos à escravidão. À exceção do busto erigido no Rio de Janeiro em memória de Zumbi, símbolo da resistência expressa no Quilombo de Palmares, e de alguns museus especificamente dedicados a realidade afro-brasileira, é preciso constatar, infelizmente, o silêncio institucional sobre a escravidão no espaço público.”



▲ Frontispício do livro A festa das crianças. Comemoração da lei 13 de maio que aboliu a escravidão no Brasil, de 1888

OS SERTÕES

(CAMPAHA DE CANUDOS)

POR

EUCLYDES DA CUNHA

(3.ª EDIÇÃO CORREGIDA)



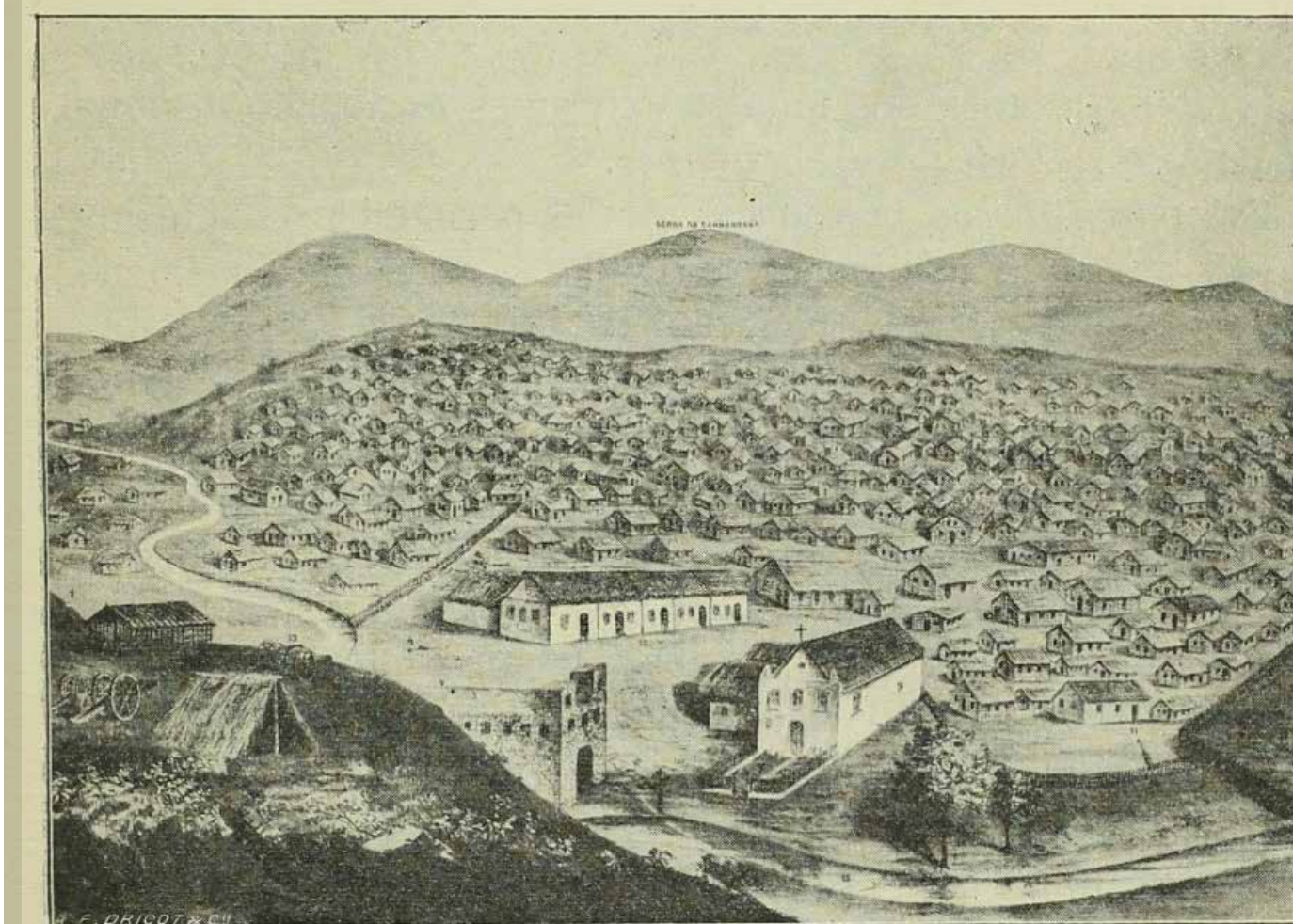
LAEMMERT & C.
LIVREIROS - EDITORES
RIO DE JANEIRO - S. PAULO
1905

▲ [Os Sertões](#), de Euclides da Cunha

1896 - 1897

Guerra de Canudos

No final do século XIX, o líder religioso Antônio Conselheiro reuniu no arraial de Canudos, no interior da Bahia, milhares de seguidores, que eram movidos pela crença de que seu líder poderia livrá-los da situação de miséria e exploração em que viviam. Canudos chegou a reunir 25.000 pessoas, que seguiam regras próprias de seu líder. Antônio Conselheiro via na República, proclamada anos antes, a materialização do Anticristo e dizia ser capaz de garantir a salvação àqueles que o seguissem. Receosas da popularidade crescente de Canudos, as autoridades da República enviaram tropas para dismantelar a comunidade sócio-religiosa. Os habitantes resistiram bravamente e apenas na quarta tentativa o exército pôs fim ao arraial. Brutalmente atacados, praticamente todos os habitantes de Canudos morreram no conflito. A Guerra de Canudos foi o tema de uma das mais importantes obras da literatura brasileira: [Os Sertões](#), publicada em 1902. Correspondente do jornal o Estado de São Paulo, Euclides da Cunha acompanhou os conflito de perto, que interpretou como um crime contra a população do arraial: "Aquela campanha lembra um refluxo para o passado. E foi, na significação integral da palavra, um crime. Denunciemo-lo".



Arraial de Canudos.

▲ [Arraial de Canudos](#)

DO PASSADO AO PRESENTE

Igualdade de gênero e direitos das mulheres

A temática da igualdade de gênero certamente é uma das mais recorrentes na atualidade, tendo em vista o panorama de significativa subjugação do papel feminino no meio social. Sub-representação política, desigualdade salarial, sobrecarga de trabalho e violência – nem sempre explícita – em diversas situações e ambientes são exemplos de como tal disparidade se dá. Estes exemplos também evidenciam que, ainda que importantes direitos tenham sido conquistados, pode-se constatar problemáticas em variadas dimensões, apontando para uma luta permanente visando à igualdade. Nesse sentido, em março de 2020, o secretário-geral das Nações Unidas classificou a **desigualdade de gênero** como “a grande injustiça de nossa época e o maior desafio de direitos humanos que enfrentamos”.

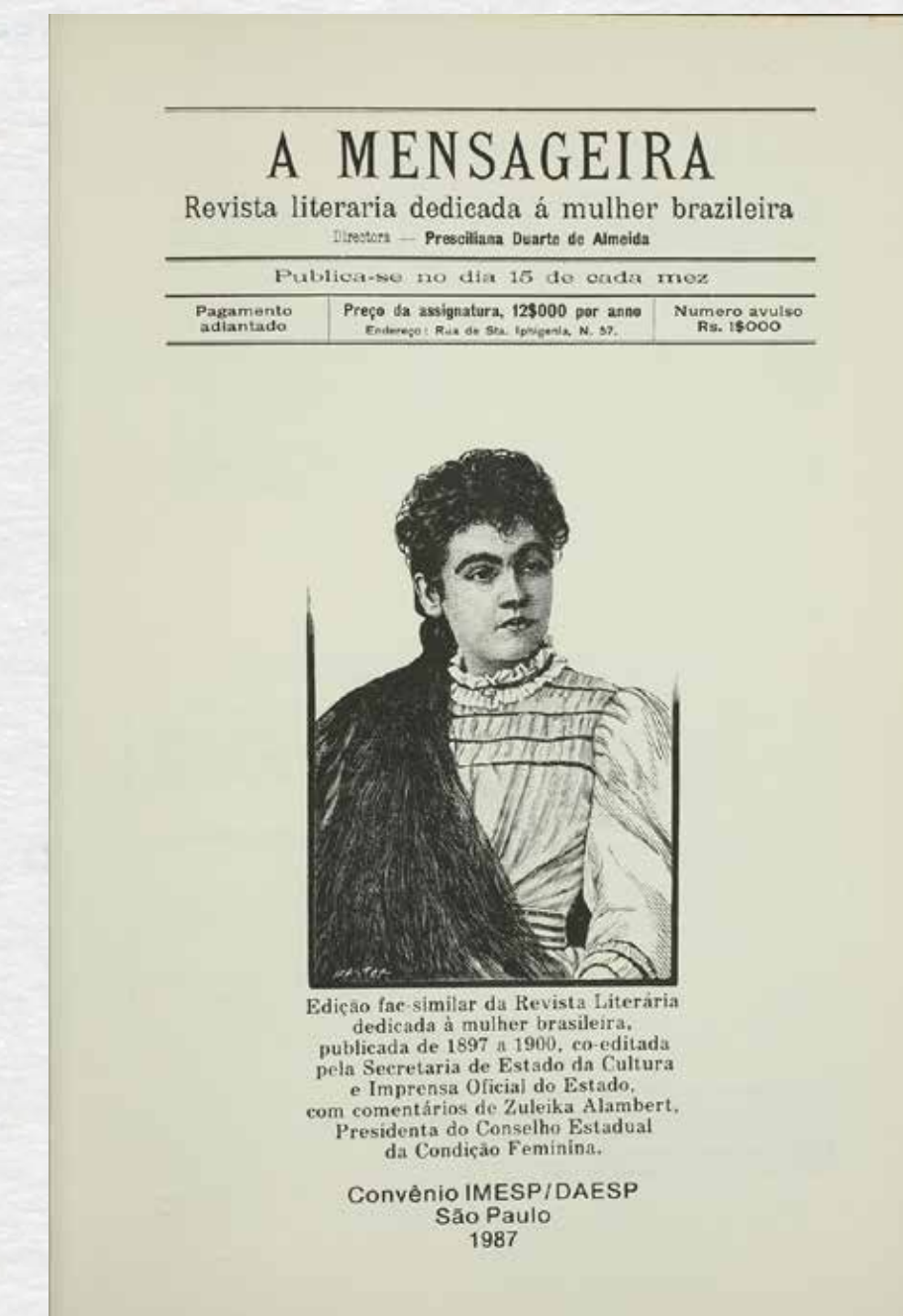
Com origens vindas do século XIX, o movimento sufragista é um dos exemplos de reação a uma distribuição desigual de

poder entre homens e mulheres. Foi neste período que se deu a consolidação do sistema capitalista e dos ideais burgueses que, em grande parte, definiram os papéis sociais dentro da estrutura familiar como conhecemos hoje e, portanto, determinaram também o papel atribuído à mulher. Este papel não considerava a autonomia feminina, inibindo assim seu direito à educação crítica, à inserção no mercado de trabalho, à escolha e representação política, entre outros. Não tardou então a surgir reivindicações contrárias a tal conjuntura. Neste contexto, há de também se considerar a relevância do fator racial, em especial quando abordada a situação brasileira. O movimento sufragista se deu, em geral, liderado por mulheres brancas e de elevada classe social, negligenciando pautas específicas das mulheres negras, que, alheias a tais moldes burgueses, ainda eram submetidas oficialmente à escravidão até 1888.

O direito feminino ao voto no Brasil foi oficializado apenas em 1932, contudo, anteriormente já existiam reivindicações sobre os direitos políticos das mulheres. O **Tratado sobre a emancipação política da mu-**

lher e direito de votar, publicado em 1868, no período do Brasil Imperial escravocrata, veio a questionar o sistema desigual então vigente imposto às mulheres e também a expor as fragilidades das justificativas utilizadas para sustentar tal sistema. O texto é de autoria de Anna Rosa Termaesis do Santo, uma professora carioca, e foi publicado apenas com iniciais de seu nome (A.R.T.S), deixando a autora no anonimato até recentemente. A autora trouxe à tona, para além da questão do direito político, a temática da educação direcionada às mulheres e de sua atuação no mercado de trabalho, descrevendo um sistema falacioso sustentado pela suposta natureza inferior da função feminina. Temática não muito diferente foi abordada pela revista **A Mensageira**, que circulou posteriormente em São Paulo, entre 1897 e 1900, visando a disseminar esses mesmos ideais, defendendo a emancipação feminina e reivindicando educação de boa qualidade para as mulheres.

Saiba mais em: **Tratado sobre a emancipação da mulher – uma feminista no Brasil de 1868**



Edição fac-similar da coletânea de exemplares de **A Mensageira**

MANIFESTO ANTROPOFAGIA

Só a antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente.

Única lei do mundo. Expressão mascarada de todos os individualismos, de todos os collectivismo. De todas as religiões. De todos os tratados de paz.

Tupy, or not tupy that is the question.

Contra toda as cathecheses. E contra a mãe dos Gracchos.

Só me interessa o que não é meu. Lei do homem. Lei do antropofago.

Estamos fatigados de todos os maridos catholicos suspeitosos postos em drama. Freud acabou com o enigma mulher e com outros sustos da psychologia impressa.

O que atropelava a verdade era a roupa, o impermeavel entre o mundo interior e o mundo exterior. A reacção contra o homem vestido. O cinema americano informa-rá.

Filhos do sol, mãe dos viventes. Encontrados e amados ferozmente, com toda a hypocrisia da saudade, pelos imigrados, pelos traficados e pelos turistas. No paiz da cobra grande.

Foi porque nunca tivemos grammaticas, nem colleções de velhos vegetaes. E nunca soubemos o que era urbano, suburbano, fronteiriço e continental. Preguiçosos no mappa mundi do Brasil. Uma consciencia participante, uma rythmica religiosa.

Contra todos os importadores de consciencia enlatada. A existencia palpavel da vida. E a mentalidade prelogica para o Sr. Levy Bruhl estudar.

Queremos a revolução Carahiba. Maior que a revolução Francesa. A unificação de todas as revoltas efificazes na direcção do homem. Sem nós a Europa não teria siquer a sua

pobre declaração dos direitos do homem.

A idade de ouro annunciada pela America. A idade de ouro. E todas as girls.

Filiação. O contacto com o Brasil Carahiba. **Oá Villeganthon print terre.** Montaigne. O homem natural. Rousseau. Da Revolução Francesa ao Romantismo, á Revolução Bolchevista, á Revolução surrealista e ao barbaro technizado de Keyserling. Caminhamos.

Nunca fomos cathechizados. Vivemos atravez de um direito sonambulo. Fizemos Christo nascer na Bahia. Ou em Belem do Pará.

Mas nunca admittimos o nascimento da logica entre nós.

Só podem arecular.

Tinhamos vingança A Magia. Ant mação perm tem.

Contra o idéas objec O stop do mico. O ind ma. Fonte Das injusti quecimento res.

Roteiros. Roteiros. Roteiros.

O instinc

Mon ses. E Kosmu parte nhecin

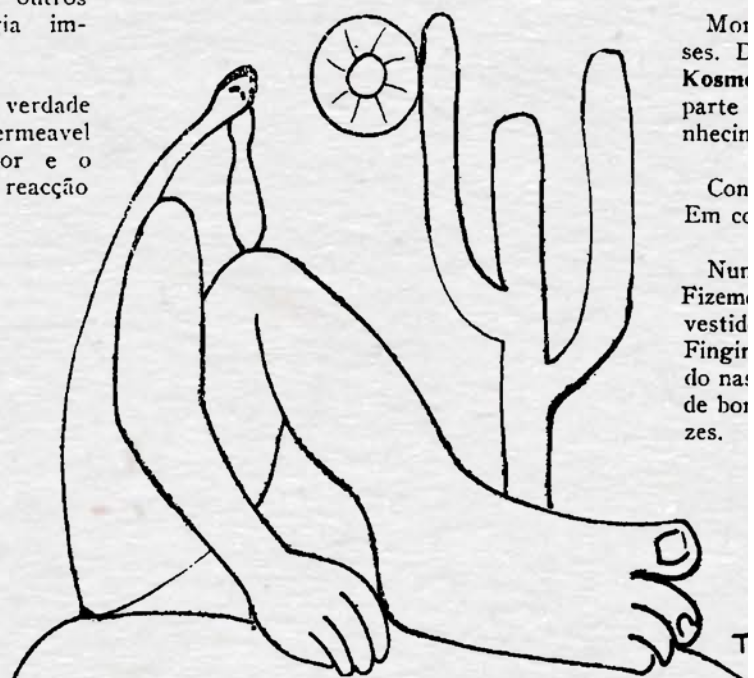
Con Em co

Nur Fizem vestid Fingir do nas de bo zes.

A magia lação e a d sicos, dos l gnarios. E terio e a n gumas for

Pergunte o Direito. era a gara sibilidade. Galli Math

Só não h misterio. I isso?



Desenho de Tarzella 1928 - De um quadro que figurará na sua proxima exposiçao de J na galeria Percier, em Paris.

Contra o Padre Vieira. Autor do nosso primeiro emprestimo, para ganhar commissão. O rei analphabeto dissera-lhe: ponha isso no papel mas sem muita labia. Fez-se o emprestimo. Gravou-se o assucar brasileiro. Vieira deixou o dinheiro em Portugal e nos trouxe a labia,

O espirito recusa-se a conceber o espirito sem corpo. O antropomorfismo. Necessidade da vaccina antropofagica. Para o equilibrio contra as religiões de meridiano. E as inquisições exteriores.

1922 **Semana de arte moderna**

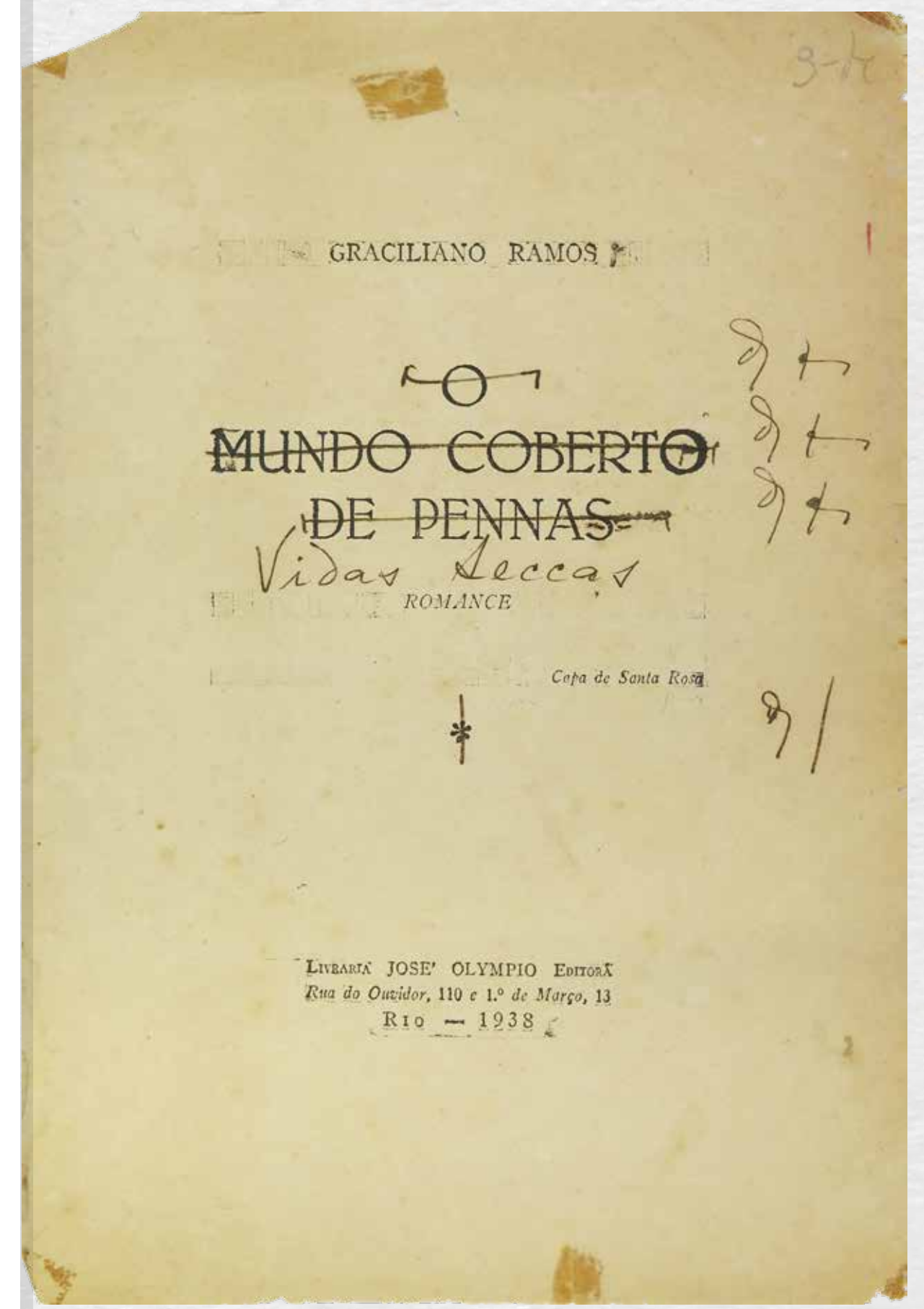
Realizada entre 11 e 18 de fevereiro de 1922, em São Paulo, a Semana de Arte Moderna simbolizou o esforço de renovação das literatura, música e artes plásticas brasileiras. Dela participaram dela nomes como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Anita Malfatti, Di Cavalcanti e Heitor Villa-Lobos. Publicada nesse mesmo ano, Pauliceia desvairada, de Mario de Andrade, é um dos marcos da literatura modernista brasileira. Um meio muito utilizado pelos artistas modernistas para pôr em circulação suas ideias e produções foram as chamadas revistas modernistas. Em São paulo foram editadas as revista Klaxon (1922-1923) e a Revista de Antropofagia (1928-1929). No Rio de Janeiro apareceu a revista Estética (1924-1925) e em Belo Horizonte circulou A revista (1925-1926). Mas o Modernismo não ficou restrito apenas aos centros urbanos mais importantes: até uma cidade do interior de Minas Gerais teve uma importante revista modernista, a Verde (1927-1929), que foi publicada por escritores e intelectuais da cidade de Cataguases.

Assista à palestra sobre Claro Enigma, de Carlos Drummond de Andrade.

1930 **O romance de 30**

A década de 1930 foi um dos momentos mais férteis da literatura brasileira, pois nesse período se projetaram alguns dos mais importantes escritores do século XX no Brasil. Para citar apenas alguns exemplos, em 1930, Rachel de Queiroz publica O quinze, romance que narra a vida dos retirantes, obrigados a abandonar suas terras para não sucumbir à fome e sede causadas pela seca. Em 1937, sai Os capitães da areia, de Jorge Amado, que conta a história de meninos de rua de Salvador entregues à própria sorte. Em 1938, Graciliano Ramos publica Vidas Secas, que retrata a vida miserável de uma família de retirantes sertanejos obrigada a se deslocar de tempos em tempos para áreas menos castigadas pela seca. As principais características compartilhadas por obras e autores que se enquadram no Romance de 30 são o compromisso com questões regionais (como a seca e a decadência econômica no Nordeste), o esforço por retratar as parcelas marginalizadas da população (rural e urbana) e estilo neorealista (que moderniza os princípios da escola realista do século XIX, ainda excessivamente preso a visões deterministas da vida social).

Assista às palestras sobre Angústia, de Graciliano Ramos e Campo Geral, de João Guimarães Rosa.



Prova tipográfica de Vidas Secas (1938) de Graciliano Ramos [nesse momento o livro ainda se chamaria O mundo coberto de penas]

Revista de Antropofagia (1928-1929)

Elaboração dos textos

Adriana Miranda

Guilherme Rabelo Fernandes

Gustavo Pontes

Luis Augusto Santos Silva

João Cardoso

Patricia Freire do Nascimento

Patrick Martins Barbosa

Design gráfico

Maria Carolina Freitas de Azevedo

Coordenação e edição

João Cardoso

Contato

bbm@usp.br

educativobbm@gmail.com

Canais da BBM na web



[Site](#)

[Blog da BBM](#)

[Atlas dos Viajantes no Brasil](#)

Redes Sociais

